

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.785 - RJ (2019/0237784-0)

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**AGRAVADO** : LUIS CESAR TEIXEIRA  
**ADVOGADOS** : FABIANO DE CARVALHO QUEIROZ - RJ110836  
SIDNEI DE ALMEIDA SANTOS - RJ115503

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. EFICÁCIA DO EPI. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do TRF-2ª Região que negou seguimento ao seu recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta o INSS o cabimento da valoração da prova.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo decorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. RECONHECIMENTO DE PERÍODO LABORADO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETOS, DESENGRAXANTES, SOLVENTES E GRAXAS USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. REQUISITOS IMPLEMENTADOS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.

1. A legislação aplicável para a verificação da atividade exercida sob condição insalubre deve ser a vigente quando da prestação do serviço, e não a do requerimento da aposentadoria.

2. Até o advento da Lei n.º 9.032/95, em 29/04/95, é possível o reconhecimento do tempo de serviço especial com base na categoria profissional do trabalhador. A partir desta lei a comprovação da atividade especial é feita através dos formulários SB-40 e DSS-8030, até o advento do Decreto 2.172 de 05/03/97, que regulamentou a MP 1.523/96, convertida na Lei 9.528/97, que passa a exigir o laudo técnico.

3. Restou devidamente comprovado nos autos o exercício de atividade especial pelo autor no intervalo de 12.12.98 a 21.02.13, conforme a legislação aplicável à espécie, em virtude de sua exposição a agentes químicos.

4. A informação de fornecimento de equipamentos de proteção individual pelo empregador, por si só, não é suficiente para descaracterizar a especialidade da atividade desempenhada pelo segurado, devendo, no caso concreto, ser demonstrada a efetiva, correta e habitual utilização desses dispositivos pelo trabalhador.

5. Até que a matéria seja decidida em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal a correção monetária e os juros de mora devem ser fixados

# Superior Tribunal de Justiça

conforme dispõe o art. 5º da Lei nº 11.960/2009.

6. Com o advento da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, caberá ao Juízo de origem, em sede de execução, aplicar os contornos ali definidos.

7. Apelação do autor provida, nos termos do voto.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o INSS que o Tribunal *a quo*, ao reconhecer como tempo especial o período entre 12/12/1998 a 21/2/2013, violou os artigos 57 e 58 da Lei 8.213/1991 combinados com o artigo 333, I, do CPC/1973 correspondente ao artigo 373 do CPC/2015, considerando o uso eficaz do equipamento de proteção individual-EPI-.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão recorrido.

Noticiam os autos que Luis Cesar Teixeira ajuizou ação em face do INSS, objetivando converter sua aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial.

A sentença julgou o pedido improcedente.

Interposta apelação, o Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso, para reconhecer o direito à aposentadoria especial, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ, que dispõe *in verbis*: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O agravante impugnou de forma específica o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal gira em torno da eficácia do equipamento de proteção individual para fins de neutralização da nocividade no ambiente de trabalho.

Acerca da questão, o Tribunal *a quo* consignou que não restou comprovado, no caso dos autos, que a utilização de EPI neutralizava por completo os agentes agressivos. Assim, a pretensão recursal encontra óbice na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. ATIVIDADE INSALUBRE. ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS E PROBATÓRIAS NA ORIGEM. NÃO RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ. PRECEDENTES.

I - Importante considerar que o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, não reconheceu como especial os períodos entre 01/01/1999 a 23/11/2005, consoante verifica-se dos excerto do voto condutor a seguir transcrito (fls. 641-676): "No período de 01/01/1999 a 23/11/2005 o impetrante estava exposto, ainda, ao agente "óleos minerais". De acordo com o Anexo 13 da Norma Regulamentadora 15, aprova da pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, os óleos minerais se enquadram como agentes químicos nocivos

# Superior Tribunal de Justiça

a saúde dentro da subespécie Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono, independente de especificação sobre qual o tipo de óleo. Todavia, a exposição a esse agente no período descrito não pode ser enquadrada como especial, na forma da decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do ARE nº 664.335/SC, citada precedentemente, em razão da eficácia do EPI informada no PPP de fls. 32/35".

II - Nesse caso, não há como aferir eventual violação dos normativos apontados sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos, tarefa que, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame. Neste sentido: REsp 1438999/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 16/10/2017; REsp 1573551/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 19/05/2016.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.204.070/MG, Segunda Turma, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe 15/5/2018)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INCONFORMISMO. ATIVIDADE ESPECIAL. EFICÁCIA DO EPI COMPROVADA. ENTENDIMENTO DA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. [...]

2. O acórdão recorrido, com base nos fatos e nas provas dos autos, reconheceu que a comprovada eficácia do EPI afasta a especialidade da atividade exercida. Tal entendimento não pode ser revisto, a teor da Súmula 7/STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.151.894/MG, Primeira Turma, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 7/3/2018)

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECONHECIMENTO DE EXPOSIÇÃO A AGENTES PERIGOSOS E INSALUBRES PARA CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

1. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu pela eficácia do EPI para fins de eliminação ou neutralização da insalubridade.

2. A revisão da questão esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ, já que configuraria o revolvimento do conjunto fático-probatório, visto que a instância a quo utilizou elementos contidos nos autos para alcançar tal entendimento.

3. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 17.906/PR, Sexta Turma, Relator Ministro Nefi Cordeiro, DJe 18/12/2014)

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TERMO FINAL. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 28 DA LEI N. 9.711/1998. DIREITO ADQUIRIDO. COMPROVAÇÃO DE SALUBRIDADE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA. LAUDO

# *Superior Tribunal de Justiça*

## PERICIAL E USO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. DESCONSTITUIÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A partir do julgamento do REsp n. 956.110/SP, a Quinta Turma, em alteração de posicionamento, assentou a compreensão de que, exercida a atividade em condições especiais, ainda que posteriores a maio de 1998, ao segurado assiste o direito à conversão do tempo de serviço especial em comum, para fins de aposentadoria.
  2. Impossibilidade de descaracterizar a salubridade da atividade reconhecida pelo Tribunal de origem por meio da análise da prova pericial.
  3. No que tange ao uso do EPI - Equipamento de Proteção Individual, esta Corte já decidiu que não há condições de chegar-se à conclusão de que o aludido equipamento afasta, ou não, a situação de insalubridade sem revolver o conjunto fático-probatório amealhado ao feito. (Súmula n. 7).
  4. Recurso especial improvido.
- (REsp 1.108.945/RS, Quinta Turma, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 3/8/2009)

Deveras, o fornecimento, pelo empregador, de equipamento de proteção individual - EPI-, não afasta, por si só, o direito do segurado à contagem de tempo especial, o qual deverá ser verificado em face das peculiaridades de cada caso.

Na espécie, porém, o Tribunal de origem não reconheceu a eficácia do EPI.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. E, quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao artigo 85 do CPC/2015 c/c o Enunciado Administrativo 7/STJ, majoro os honorários de advogado em mais 1% sobre a base de cálculo de honorários estabelecidos pelo Tribunal de origem e que será calculada em fase de liquidação de sentença.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator